XXII SARU
RECALCULANDO A ROTA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA
26 a 29 de novembro de 2025

Marcos Internacionais: uma revisão sistemática sobre as influências globais nas políticas e práticas para a Educação Ambiental

International Frameworks: a systematic review on global influences in policies and practices for Environmental Education

Fernanda Beatriz de Menezes Ramos
Graduanda em Relações Internacionais
Universidade de Salvador - UNIFACS
Bolsista

Juliana Vieira Barbosa da Conceição Teixeira
Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - UNIFACS, Bolsista CNPq
E-mail: julianavbcm@gmail.com

Carolina de Andrade Spinola
Doutora em Geografia pela Universidade Barcelona. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS
E-mail: carolina.spinola@animaeducacao.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) constitui um campo para o fortalecimento da consciência crítica e para a promoção de sociedades sustentáveis. Mais do que uma prática educacionais, a EA representa um instrumento político e social capaz de integrar conhecimentos científicos, valores éticos e atitudes voltadas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável (Sauvé, 1997). Sua consolidação, entretanto, não ocorreu de forma isolada, mas resultou de um processo histórico marcado por importantes marcos internacionais que orientaram políticas públicas e práticas educativas ao longo das últimas décadas (Zattana, 2016).

Desde a publicação de Primavera Silenciosa (1962), de Rachel Carson, observa-se um movimento global de sensibilização em torno das questões ambientais, que culminou na realização de conferências e pactos multilaterais voltados à integração entre meio ambiente, educação e desenvolvimento (Zattana, 2016). Eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), a Carta de Belgrado (1975) e a Conferência de Tbilisi (1977) consolidaram princípios pedagógicos e éticos que definiram a EA como um processo permanente, interdisciplinar e participativo, voltado à transformação social e à sustentabilidade (Novicki, 2010).

Com o avanço das discussões ambientais, conferências posteriores, como a Rio-92, a Rio+20 e a Agenda 2030, ampliaram o papel da EA, inserindo-a como eixo transversal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, compreender como os marcos internacionais contribuíram para a formação e o fortalecimento da Educação Ambiental é essencial para analisar sua evolução histórica, seu papel na formulação de políticas públicas e os desafios contemporâneos de sua efetivação em nível global e local(Zattana, 2016).

2 MARCOS INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIMENTO

Diversos marcos internacionais contribuíram para consolidar seus fundamentos teóricos e orientar políticas públicas voltadas à sustentabilidade (Novicki, Souza, 2010).

Um marco destas discussões é com a publicação do livro "Primavera Silenciosa", de Rachel Carson, publicado em 1962, a sua influência transcendeu o impacto ambiental imediato, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das primeiras ideias relacionadas à educação ambiental. As críticas de Carson às consequências do uso de pesticidas despertaram uma reflexão profunda sobre o papel da sociedade na convivência com o meio ambiente, estimulando

iniciativas educativas voltadas para a conscientização e a preservação ecológica., assim, a obra abriu espaço para as primeiras discursões na história da educação ambiental e a saúde ambiental. estabelecendo as bases para a construção de uma terminologia e uma estrutura teórica que orientam as ações educativas voltadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente (Franscisco, 2021).

Eventos internacionais foram imprescindíveis para impulsionar a criação de políticas e movimentos sociais voltados à preservação do meio ambiente incluem, principalmente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, que resultou na Declaração do Ambiente e estabeleceu bases para intervenções institucionais na área ambiental (Francisco, 2021).

Posteriormente, a Conferência de Tbilisi (1977) estabeleceu princípios e objetivos pedagógicos que nortearam a EA como instrumento educativo e político. Seu objetivo principal foi estabelecer uma base global para o desenvolvimento da EA, promovendo a compreensão de que ela deveria ser uma estratégia integrada para promover a conscientização, o conhecimento, as habilidades, as atitudes e a participação dos indivíduos na preservação do meio ambiente (Sauvé, 1997).

A Conferência de Tbilisi, realizada em 1977, foi reconhecida como a primeira conferência intergovernamental dedicada especificamente à EA, marcando um momento histórico na formalização dessa área de conhecimento e ação. Sua importância reside no fato de ter estabelecido diretrizes e princípios fundamentais para a implementação da EA em todos os níveis de educação, promovendo uma abordagem holística que integra conhecimentos científicos, valores éticos e atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente (Zanatta, 2016).

Os objetivos propostos nesta conferência enfatizavam a necessidade de desenvolver a consciência ecológica, promover a participação ativa da sociedade e incentivar ações práticas que contribuíssem para a sustentabilidade. Entre os princípios destacados, estavam a educação como um processo de transformação social, a valorização da interconexão entre o ser humano e o ambiente, além de destacar a educação formal e não formal[1] como espaços essenciais para a construção de cidadãos críticos e participativos (Zanatta, 2016).

O Seminário de Educação Ambiental para a América Latina foi uma oportunidade importante de troca de experiências, com o objetivo de fortalecer as ações de educação ambiental na região e estabelecer diretrizes comuns que pudessem ajudar na formação de uma consciência ecológica voltada para o desenvolvimento sustentável, enfrentando desafios como a implementação de projetos de EA, a inclusão social, a capacitação de professores e o envolvimento ativo das comunidades (Francisco, 2010). Posteriormente, este Seminário ampliou ainda mais essa troca de conhecimentos, buscando criar uma sólida rede de instituições, profissionais e organizações que atuam na área, promovendo a partilha de metodologias, experiências bem-sucedidas e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação ambiental. Esses encontros tiveram um papel fundamental na definição de estratégias regionais e na consolidação da EA como uma ferramenta poderosa de transformação social e ambiental, contribuindo para um futuro mais consciente e sustentável na América Latina (Francisco, 2010).

No decorrer dos anos, outros encontros mundiais reforçam e ampliam essa perspectiva. A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, impulsionou a noção de desenvolvimento sustentável e estimulou a criação de políticas ambientais nos países signatários. Já a Rio+20 (2012) e, mais recentemente, a

[1] A educação formal refere-se ao processo de ensino estruturado e sistematizado, realizado em instituições como escolas, faculdades e universidades, seguindo planos de estudo, currículos estabelecidos e com a finalidade de obter certificados e diplomas. Já a educação informal ocorre de maneira espontânea e não estruturada, sendo adquirida através das experiências diárias, conversas, observações e atividades cotidianas, fora do ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades de forma mais contínua e natural.

Agenda 2030, consolidaram a Educação Ambiental como eixo transversal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando como um pilar para alcançar estes objetivos especialmente os ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 15 (Vida Terrestre), pois promove a conscientização, a capacitação e a transformação social necessárias para um futuro sustentável, destacando a importância da educação na construção de sociedades mais justas e ambientalmente responsáveis.

3 METODOLOGIA

Entendendo a Educação Ambiental como um campo estratégico para promover consciência crítica e integração entre metas globais e políticas locais, esta pesquisa adota uma abordagem descritiva de natureza qualitativa, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado no Catálogo de Periódicos da CAPES, utilizando inicialmente os descritores “educação ambiental” e “marcos internacionais”, que resultaram em 18 artigos. Em uma segunda busca, com os termos “educação ambiental” e “definição” e o operador “não nacionais”, foram encontrados 146 artigos. Na terceira fase, foram delimitadas palavras-chaves e bases de dados a serem utilizadas. Após a leitura dos títulos, resumos. Foram determinadas as seguintes combinações de palavras (“Educaçao Ambiental” “Educaçao Ambiental” AND “Definições” “Educaçao Ambiental” AND “Marcos Ambientais” “Educaçao Ambiental” AND “Marcos Ambientais” NOT “Nacionais” “ Educacação Ambiental” AND “Marcos Ambientais” AND “Definições”).

Os critérios de inclusão abrangeram estudos que tratam dos marcos internacionais da Educação Ambiental como base para políticas públicas e diretrizes globais, enquanto os de exclusão eliminaram trabalhos com enfoque unicamente nacional, sem articulação com contextos internacionais. A análise e interpretação dos resultados buscou identificar como os marcos internacionais fomentaram a construção e o desenvolvimento da Educação Ambiental no cenário global e regional, relacionando-os às transformações da economia mundial e às práticas educativas contemporâneas.

Tabela 01: Resultado da busca de artigos na Base de dados Capes Periódicos.

COMBINAÇÕES DAS PALAVRAS-CHAVES	TOTAL
“Educaçao Ambiental”	19,654
“Educaçao Ambiental” AND “Definições”	19,600
“Educaçao Ambiental” AND “Marcos Ambientais”	18
“Educaçao Ambiental” AND “Marcos Ambientais” NOT “ Nacionais”	15
“ Educacação Ambiental” AND “ Marcos Ambientais” AND “Definições”	11

Fonte: Adaptado Capes Periódicos. Elaborado pala autora (2025).

A tabela 2 apresentada é o resultado da pesquisa, que buscou identificar e organizar os principais marcos internacionais relacionados à Educação Ambiental (EA), bem como os autores que abordam esses eventos em suas produções científicas. A partir de uma revisão detalhada da literatura, foi possível reunir referências que dialogam entre si e demonstram como cada marco contribuiu para a consolidação teórica e prática da EA ao longo do tempo.

Tabela 2: Resultado da análise dos artigos

MARCOS INTERNACIONAIS	REFERÊNCIAS
Silent Spring (1972)	*Souza (2000), Silva (2019), Novick (2010), Carvalho (2012)*
Conferência da Biosfera (1968)	*Souza (2000), Silva (2019), Carvalho (2012), Francisco (2021), Reigota (2012), Pereira (2023)*
Conferência de Estocolmo (1972)	*Souza (2000), Silva (2019), Carvalho (2012), Francisco (2021), Reigota(2012) Pereira (2023).*
Carta de Belgrado (1975)	*Sauvé (1997), Silva (2019), Carvalho (2012), Francisco (2021), Reigota (2012) Pereira (2023).*
Conferência de Tbilisi (1987)	*Souza (2000), Silva (2019), Novicki (2010), Carvalho (2012), Franscico (2021) Reigota (2012), Pereira (2023).*
Conferência Rio-92 (19l2)	*Souza (2000), Sauvé (1997), Novicki (2010), Carvalho (2010), Pereira (2023).*
Cúpula Mundial (Johannesburgo) (2002)	*Novicki (2010), Pereira (2023).*
Década da ONU da educação para desenvolvimento Sustentável (2005 – 2014)	*Souza (2000).*
Conferência de Copenhagem (COP-15)	*Pereira (2023),Carvalho (2010)*
AGENDA 2030 (2025)	*Souza (2000).*

Fonte: Adaptado Capes Periódicos. Elaborado pala autora (2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos selecionados revelou que os marcos internacionais, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência de Tbilisi (1977), a Eco-92, a Rio+20 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desempenharam papel decisivo na consolidação da Educação Ambiental (EA) como eixo transversal das políticas educacionais. Observa-se que esses eventos ampliaram a compreensão da EA como um instrumento político-pedagógico, orientando a formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à formação cidadã global.

Os resultados indicam que a EA tem se consolidado como um campo estratégico para a formação de uma consciência crítica e sustentável, influenciada diretamente por tais marcos e conferências internacionais (Sauvé, 1997). A partir desses referenciais, compreende-se que a EA não deve restringir-se à mera transmissão de informações, mas atuar como ferramenta de transformação social, estimulando a participação ativa dos indivíduos na busca por soluções aos problemas ambientais, mediante o desenvolvimento de competências e atitudes responsáveis (Zattana, 2016).

Desde a Conferência de Estocolmo (1972), percebe-se um esforço global contínuo para integrar a sustentabilidade à educação, destacando-se a importância de abordagens interdisciplinares, inclusivas e participativas que considerem os aspectos culturais, sociais e econômicos de cada contexto (Sauvé, 1997). Essas diretrizes também enfatizam a necessidade de estimular mudanças de comportamento e promover ações

coletivas voltadas à proteção do meio ambiente (Zattana, 2016).

No contexto contemporâneo, a Agenda 2030 reforça essa perspectiva, reconhecendo a Educação Ambiental como um dos pilares essenciais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A EA, nesse sentido, promove a conscientização, a capacitação e a transformação social necessárias para a construção de sociedades mais sustentáveis e resilientes.

Ainda que os resultados demonstrem avanços significativos, observou-se que a aplicação das diretrizes internacionais varia conforme os contextos socioeconômicos e culturais de cada região. Para continuação desse estudo, ainda serão analisados outros portais em busca de mais resultados. As análises preliminares evidenciam que, embora os marcos internacionais atuem como importantes catalisadores de políticas e práticas educativas, persistem desafios quanto à efetivação dessas diretrizes nos âmbitos locais e à incorporação crítica dos princípios globais nas práticas

4 REFERÊNCIAS

FRAMESCHE, Leticia; SOUZA, Jeanette Beber de; VEIGA, Tatiane Bonametti. Modelo multicritério como ferramenta para definição de ações de educação ambiental na gestão sustentável de resíduos sólidos: uma aplicação em municípios do Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Irati, PR, v. 17, e20230367, 2025. Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

GOERGENN, Pedro. Teoria e ação no GT Educação Ambiental da ANPED: partilhando algumas suspeitas epistemológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 9-30, 2010.

LIMA, Marina Sobreira da Costa; RODRIGUES, Débora de Lima; BARRETO, Maurílio Kaique. Educação ambiental e a conscientização sobre a utilização racional dos recursos hídricos. **Open Science Research X,** v. 10, 2023. ISBN 978-65-5360-270-0. Editora Científica Digital, Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Disponível em: <www.editoracientifica.com.br>.

NOVICKI, Victor; SOUZA, Donaldo Bello de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos Conselhos de Meio Ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 711-736, out./dez. 2010.

PEREIRA, William Marques; SILVA, Cléber; SANTOS, Giovanna Parisi Cabeça; PEREIRA, Simone de Fátima Pinheiro. O papel da educação ambiental e da educação inclusiva como instrumento de ensino no meio formal. **Revista Foco,** v. 16, n. 10, 2023. DOI: 10.54751/revista foco. v16n10-094.

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012.

SANTOS, Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos; LOUREIRO, Pedro Carlos Refkalefsky. **Revisão sistemática da produção científica brasileira de Contabilidade aplicada à governança ambiental**. *AOS*, Belém, v. 11, n. 2, 2022.

ZANATTA, Shalimar Calegari; ROYER, Marcia Regina; COSTA, Eliane Picão da Silva. A necessidade da transdisciplinaridade para promover a educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 2, p. 142-157, maio/ago. 2016. E-ISSN 1517-1256.